

((DISTRIBUIÇÃO GRATUITA INTERNA))

NOTIFISCO

10

ANIVERSÁRIO

“5 anos de Notifisco”

Este ano o NOTIFISCO, comemora cinco anos de lutas em favor da classe fiscal, logo no início, começamos com um só objetivo, a valorização da classe fiscal, conforme os leitores podem verificar nas sucessivas edições, com a publicação de artigos, reportagens e publicações de tabelas de vencimentos de colegas de outros Estados, nas quais ficava evidenciado a diferença gritante de vencimentos em favor de fiscais de outros Estados, até de menor expressão econômica.

O NOTIFISCO foi conscientizando a união da classe em torno de uma meta: a melhoria de vencimentos, também levou as autoridades constituídas que sempre vedavam qualquer iniciativa reivindicatória da necessidade de aumentar os vencimentos dos fiscais.

Considerando ainda, que tecnicamente o Paraná nada deve em qualidade de pessoal a outros centros, seguidamente vemos delegações de outros Estados, virem aqui em busca de novas técnicas para aperfeiçoar o aparelho

fisco-arrecadador, por esse e outros motivos não se justificam essas diferenças.

Atualmente não estamos publicando as tabelas de vencimentos de outros Estados, não por terem acabado as diferenças, mas, porque os responsáveis pelo NOTIFISCO deixaram de comparecer juntamente com a direção da AFFEP, a Encontros e Congressos, realizados pela FAFIT, órgão máximo, dos fiscais do Brasil.

Somos deficientes, concordamos, o nosso Jornal poderia ser melhor, se tivéssemos tempo para dedicação integral, para visitar as Delegacias e Agências, ver o que estão fazendo, publicar as experiências positivas, muito ajuda-ria a todos, porque são poucas as pessoas que gostam de escrever, portanto a colaboração é pequena, motivando a menor frequência das edições.

Mas valeu! pelo que conseguimos juntos nestes cinco anos.

A DIREÇÃO E SUPERVISÃO

ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DA AFFEP

Data 18 de
junho de 1988

Local: Sociedade Esportiva
Rio Branco Ahú

NOTIFISCO

Expediente

NOTIFISCO

Orgão de divulgação da AFFEP
Informativo técnico,
cultural e recreativo

Diretor Responsável
Dirceu Lopes de Araújo

Supervisão Geral
Roberto Sérgio Stresser

Colaboradores
Maria Beatriz Chaves
Clélia Moraes

Funcionários da SEFI e CRE
Equipe: BICÃO

Os artigos aqui publicados não
estão vinculados, sendo, por-
tanto, de INTEIRA responsabili-
dade dos signatários

DIRETORIA ATUAL DA AFFEP

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente
Domingos C. Mansani
Vice-Presidente
Gustavo dos S. Moura
1.º Secretário
Jesomir Uba

CONSELHO DIRETOR

Presidente
Pedro Carlos Antun
1.º Vice-Presidente
Adailton Barros Bittencourt
2.º Vice-Presidente
Arlindo José Clivatti
1.º Secretário
Pedro Luiz de Paula Neto
2.º Secretário
Olindo Teixeira Pinto
1.º Tesoureiro
Marco Antônio Schwartz
2.º Tesoureiro
Olávio Pires Pereira

DIRETORES DE DEPARTAMENTOS

Imprensa e Propaganda
Dirceu Lopes de Araújo
Roberto Sérgio Stresser
Sede Campeste
José Marçal Antônio
Sauna
Francisco Piekarczyk
Patrimônio
Ileomar Antônio Uba
Médico-Odontológico
Dr. Douglas Simile de Macedo
Engenharia
Eduardo Couso
Departamento Jurídico
Senio Dias
Diretor Social Rel. Públicas
José Luiz Mala

Jornalista Responsável
Cláudio de Azevedo
Reg. Prof. n.º 892-06-48

Diagramação
Ary L. da Cruz
Reg. Prof. DRT/PR
N.º 358/02/80V

Composição, Arte e Fitolito:
Helvética Composições
Gráficas Ltda. (Curitiba)
Rua Saldanha Marinho, 1260
Fone: 232-0634

Impressão
Ed. "O Estado do Paraná" S/A

O "NOTIFISCO" está registrado
no 1.º Ofício de Registro Civil
de Pessoas Jurídicas e Registro
de Títulos e Documentos —
Apontamento n.º 493.130, Prot.
"A" n.º 14 sob n.º de Ordem,
106 do Livro "B" — "P" de
03/01/84

COMENTANDO

Perfil do candidato a presidente da AFFEP

No momento em que, a classe se vê hostilizada, até pela imprensa nacional, é mister, o debate urgente sobre as qualidades do candidato ideal para ocupar a presidência da nossa Associação, órgão responsável pela defesa de nossos direitos e de nossa dignidade.

Deve ser para começar, um homem desvinculado de cargo administrativo de confiança, nem que para isso, se estabeleça uma remuneração pela Associação.

Isto porque, deve ser livre, e não temer retaliação da administração, fazendo então o jogo inverso ao das pretensões da família fiscal.

Não deve estar vinculado a entidades partidárias, ou grupos fechados dentro do próprio universo fiscal.

De preferência, deve ter sólida carreira, que lhe garanta um peso decisivo no confronto com as vicissitudes que irá encontrar, na defesa dos direitos dos servidores.

Não deve significar continuismo, e muito menos rompimento, deve sim representar plenamente, uma alternância, símbolo de vida e renovação.

Deve ter trânsito nos escalões administrativos superiores, e compreensão pelas dificuldades dos menos favorecidos na escala funcional.

Deve ser uma voz, por todas as vozes, principalmente, quando temos de diferenciar fiscal de corrupto e marajá (imagem imposta por nociva campanha da imprensa).

Deve ser sério e competente em sua vida funcional, e mais aglutinar, como líder toda a família fiscal.

Trata-se não de um super homem, mais de alguém, imbuído do espírito de corpo necessário, e capaz de dar, por seus colegas, o melhor de si, numa luta justa de valorização e promoção pessoal do Agente Fiscal.

Enfim, deve ser um homem que venha, com o peso de seu passado e dinamismo de seu presente e a promessa do nosso futuro.

E é então, senhores fiscais, que devemos ir à procura do nosso presidente.

Dirceu Lopes de Araújo

HOMENAGEM QUE DEVEMOS



A Luiz Fernando Van Erven Van Der Broock, cujo aniversário de falecimento deu-se dia 3 de maio e, até agora não foi prestada nenhuma homenagem "Post mortem" a esse ilustre paranaense, que foi um dos maiores tributaristas deste país.

Esperamos que os amigos e autoridades fazendárias, lembrem de tudo que Van Der Broock, fez por nosso Estado, desnecessário descrever os relevantes serviços prestados pelo mesmo.

O importante é lembrar sempre essa figura exemplar de dedicação e competência, reconhecida no Brasil.

Colaboradores e a direção do Notifisco, sugerem que poderia ser dado o nome de VAN DER BROCKE, à nossa biblioteca que ele ajudou a montar e foi seu maior incentivador, outra sugestão seria instituído um concurso de monografias, cujo tema poderia ser "como incrementar a arrecadação, criar um prêmio a Delegacia com maior desempenho durante o exercício, criar uma escola fazendária com o nome do homenageado, poderia colocar um busto na entrada da secretaria e, outras formas de homenagem que poderão ser encaminhadas pelos leitores as quais serão bem recebidas.

O importante é não esquecer de quem fez muito por nosso Estado, devendo ser perpetuada sua memória através de justa homenagem.

A Direção

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Estamos a 30 dias da publicação do índice provisório dos municípios, para o exercício de 1989 e, já foram processadas 100 mil declarações fisco-contábeis, a princípio parece ser um número expressivo, mas, poderia ser maior se fossem cumpridos os prazos que já fluíram dia 29 de abril passado.

Ainda faltam aproximadamente 30 mil DFCs, para serem processadas e, algumas Delegacias estão com número muito baixo de remessas, outras praticamente já cumpriram com o dever, mandando todos os documentos fisco-contábeis.

Este ano, houve uma melhora sensível no preenchimento das DFCs, mas ainda existe muita omissão na identificação da microempresa, campo 700, colocação do centavo, o estoque deve ser desdobra-

do nos campos correspondentes, erro de soma e o número do CCE que está vindo errado, geralmente o carimbo ou o número de um contribuinte está estampado no documento de outro, demonstrando falta de atenção no preenchimento e conferência na recepção desse documento.

É importante frisar que determinadas unidades estão encaminhando esses impressos preenchidos corretamente.

Solicitamos aos colegas chefes de Agência, Coordenadores e Delegados, que agilizem as remessas do remanescente entregue pelos contribuintes.

Lembramos ainda que, o índice provisório sairá dia 30 de junho do corrente.

Leia com atenção

Curitiba, 26 de maio de 1988
Companheiros:

Esgotou-se o prazo de 20 (vinte) dias estabelecido pela Assembléia de Londrina para que a Comissão elaborasse Anteprojeto de Lei e tentasse negociá-los junto às autoridades competentes, referentes às seguintes propostas, aprovadas nas Assembléias de Guarapuava e de Londrina:

1 — Adequação da Lei 7.051/78 à Mensagem do Executivo, a qual estabelece que as vantagens devam incidir somente sobre o básico. Percebeu-se, na Assembléia Legislativa, que esta mensagem não será votada de imediato, mas será inserida na futura Constituição Estadual.

Para a devida adequação, a Assembléia de Londrina decidiu aprovar a proposta da 5.ª DRR-Guarapuava, de aumento das cotas, em primeiro plano, e de aumento do básico, em segundo plano.

Após muitas reuniões, pesquisas e discussões, com diversos setores da Administração, a Comissão elaborou três anteprojetos sobre essa questão e prevaleceu o anteprojeto n.º 01, anexado ao segundo relatório. Nesse anteprojeto aumentou-se o básico, com a incorporação dos dois terços e aumentaram-se as quotas, estabelecendo-se índices diferenciados conforme o tempo de serviço.

Quais as vantagens desse projeto?

1.º — Escapamos a eventuais perdas em função da Mensagem do Governador. Também não há ganhos diretos, Empata-se.

2.º — Manteremos a atual estrutura de salários conforme o tempo de serviço, apenas que através dos índices percentuais diferenciados de quotas, e não mais por quotas sobre quinquênios.

3.º — Teremos o 13.º aumentado um pouco.

4.º — O vencimento absorveu os 2/3 e com isso eliminou-se a carga de 44 horas semanais, aliás, adequando-se já à nova carga de 40 horas, definida pela nova Constituição Federal.

5.º — Poderemos, no futuro, reivindicar dedicação exclusiva, o que não era possível até aqui, em função dos 2/3, com aumento salarial de até 100%.

6.º — Há mais implicações benéficas, como por exemplo, pensão e outras.

Como foi encaminhado o anteprojeto?

O anteprojeto não será encaminhado de imediato, porque depende da aprovação da idéia contida na mensagem do Governador, o que deverá acontecer na próxima Constituição Estadual. Porém, solicitamos negociação imediata. O secretário da Fazenda, Dr. Luis Carlos Haully assumiu que irá negociá-lo na Secretaria da Administração junto ao Executivo e à Assembléia Legislativa.

Cabe, a nós todos, pressionar esses poderes, para que o aceitem.

2 — Solução para o "repiquinho".

O anteprojeto 02, anexado ao segundo relatório, soluciona a questão. Quais as suas vantagens?

1.º — Não há perdas para quem tem 62,88% de quinquênios (o máximo). Ao passar a perceber o máximo de 50%, a diferença de 12,88% será incorporada ao vencimento pelo índice de 8,59%. Também não ganha, Empata.

2.º — Como o índice de 8,59% será para todos, os que têm menos quinquênios terão algumas vantagens. Quanto menor o tempo de serviço, maior a vantagem.

3.º — As quotas incidirão sobre o novo básico — novas vantagens.

Como foi encaminhado? O anteprojeto depende também da nova Constituição Estadual. Porém, solicitou-se, igualmente, a negociação antecipada. Ficou acordado a mesma estratégia do item 1.

3 — Pagamento da URP, capitalizado.

Soluciona a URP de março. No mais, tudo continua indefinido.

4 — Promoções e Acesso.

O anteprojeto n.º 03, anexado ao segundo relatório, atende em parte a proposta da Assembléia, que é de fazê-los já, independente do número de vagas. Pelo menos, todos os Agentes seriam promovidos e/ou teriam acesso. Porém, como de momento há muitas resistências, em vários setores, a comissão deixou claro ao Sr. Secretário que a proposta da Assembléia não deverá ser um empecilho para realizar as promoções e acesso conforme está na Lei 7.051/78.

Ficou acordado que o anteprojeto da comissão será atendido só em seu artigo 1.º, para as promoções e o acesso serem realizados de imediato. A independência de vagas não seria ainda para agora. Com isto, só serão promovidos em torno de 800 a 900 Agentes, só pelo tempo de serviço, subindo quatro ou cinco referências. Acordeu-se ainda que seria aprova-

Durante a Assembléia Geral realizada em Londrina, houveram diversas críticas a situação atual da classe fiscal, perante a opinião pública, considerando que está havendo uma campanha negativa, em cima de procedimentos que ainda estão sendo apurados, mas que no geral repercutem em cima de toda uma classe.

Na oportunidade o presidente Antun, informou aos diversos oradores que protestavam com esse estado de coisas e pediam ao presidente da AFFEP, que tomasse providências no sentido de rebater essas acusações.

Antun informou que não ficou omissos, que estivera na secretaria e gestionou junto ao Senhor Secretário da Fazenda, no sentido de que se desse um paradeiro nessa propaganda negativa, porque a classe já estava preocupada e pensando que a campanha estava sendo dirigida pela própria secretaria.

Informou então, ao senhor Secretário que nas gestões anteriores da SEFA-CRE, sempre houveram inquéritos, demissões, readaptações e suspensões sem publicidade, sempre foi feita moralização sem desmoralização, portanto não concordava com os excessos de publicidade por parte da imprensa.

Concluindo disse que não ficou omissos com relação a si-

tução difícil que se encontra a classe fiscal, apenas fez sentir a cúpula Fazendária que o Paraná é o Estado em melhor situação em relação aos demais Estados, graças ao trabalho da classe que sempre buscou recursos que o Estado necessitou para atendimento de seus compromissos financeiros, portanto não é justo que toda uma classe sofra, por casos esporádicos de maus procedimentos.

Estiveram presentes, o Diretor Geral da Secretaria de Administração José Azzolin e o Diretor da CRE, Clóvis Rogge e mais doze Delegados da Receita, todos preocupados com a futura política salarial do quadro, perante as novas modificações que serão impostas pela nova Constituição.

Na oportunidade Azzolin, ofereceu excelentes sugestões no sentido de encontrar fórmula adequada para não haver perdas salariais.

Foi constituída comissão de alto nível, formada por colegas de destaque em todos os segmentos da classe, para apresentarem dia 18 de junho em Curitiba, quando a assembléia dará continuidade de seus trabalhos, proposta concreta que atenda os anseios da classe.

A comissão é constituída pelos seguintes colegas: Agui-

Arantes, João Cruz, Cândido de Abreu, Ademar Huzioka, Pedro Luiz de Paula Neto (Pedrão) e o Cleto Tamanini.

Durante a Assembléia foi comentada a falta de regulamentação da Lei n.º 7.051/78, que faz aniversário de dez anos, sem regulamentação, trazendo prejuízos à classe, por não haver promoções, acesso a nível universitário, esse estado de coisas tem desmotivado e desesperançado a classe, que viram ao passar desses dez anos, a constituição de diversas comissões, sem resultados práticos, com a realização de diversos concursos e, já está programado a realização de outro sem que exista um regulamento que defina essa situação irregular, por esse motivo, o presidente Antun informou que lutará contra a realização de novo concurso até que se defina a situação do quadro funcional, com relação ao acesso e promoções.

Foi comentado a situação da URP, hoje não sabemos qual é o nosso futuro, considerando que a nível nacional os nossos salários se encontram defasados, isso tem sido a preocupação de todos.

Na assembléia também foram lançadas candidaturas de colegas, entendemos que é um direito de todos os associados.

da já para promoções futuras, a regulamentação dos artigos 54, 60, 62 e 67 da Lei 7.051/78. O Secretário ordenou ao Diretor da CRE, Professor Clóvis Rogge, que encaminhasse tudo isso de imediato. E o Diretor ordenou à Comissão das Promoções e Acesso, coordenada pelo companheiro Delcídes Tonelli; que tomasse providências imediatas, antes que venha a Lei Eleitoral e proíba tais Promoções.

5 — CLTs.

Continuam sérios impasses para os CLTs, em função de pertencerem a um Quadro Único. Mas o Secretário mostrou

interesse em dar promoções, além de contratar novos CLTs para as Delegacias que necessitarem.

6 — Próxima Assembléia.

No segundo relatório consta dia 4 de junho. Porém, como a maioria dos membros da Comissão estarão, nesse dia, participando do 6.º Encontro Nacional de Agentes Fiscais de Tributos Estaduais, em Belém, a Assembléia foi adiada para o dia 18 de junho. Contudo, o encaminhamento das Promoções e do Acesso conforme dito acima, não precisa aguardar a realização da Assembléia, embora ela deva, naquela data, analisar

a proposta e aperfeiçoá-la no que for possível no momento.

Esperamos ter correspondido à função a que fomos eleitos, aguardando a realização da Assembléia para maiores esclarecimentos, para troca de idéias e para a continuidade da nossa organização e da nossa mobilização.

A COMISSÃO
Cleto Tamanini — 5.ª DRR;
José Cândido de Abreu — 2.ª DRR;
João Antônio Cruz — Aposentado;
Ademar Yoshiaki Huzioka — 1.ª DRR;
Pedro Luis de Paula Neto — 2.ª DRR;
Agui-mar Arantes — I.G.T.

QUADRO DE AGENTE FISCAL				
EM 29/04/88				
CARGOS	CAT.	CARGOS CRIADOS	CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS
AGENTE FISCAL 1	C	80	48	32
	B	120	62	58
	A	200	275	(75)
SUB-TOTAL.....		400	386	14
AGENTE FISCAL 2	C	100	49	51
	B	150	145	5
	A	250	81	169
SUB-TOTAL.....		500	275	225
AGENTE FISCAL 3	C	134	18	116
	B	201	64	137
	A	412	321	91
SUB-TOTAL.....		747	403	344
AGENTE FISCAL 4	D	172	140	32
	C	12	28	(16)
	B	12	12	0
	A	-	-	-
SUB-TOTAL.....		196	180	16
TOTAL GERAL.....		1.643	1.244	399

Convênios firmados pela AFFEP com médicos, laboratórios e clínicas: consultas pela tabela da A.M.B.

- Instituto Forlanini de Pneumoradiologia
Ecografia e Raio X
- X.Leme Serviços de Radiologia Clínica Ltda.
Radiologia e Ultrasonografia
- Casa de Saúde Paciornik Ltda.
Laboratório de Citologia
- Radiograf Central de Diagnósticos S/C Ltda.
Laboratório
- Dr. Cláudio Paciornik
Mastologia, Radiologia Mamária
- Champagnhat — Clínica & Laboratório
Laboratório
- Laboratório de Análises Clínicas Frischmann Aisengart
S/C Ltda.
Análises Clínicas, Patologia Clínica e Toxicologia
- Centro Paranaense de Diagnósticos Ecográficos
Guido A. V. Peres Ltda.
Ecografia
- Laboratório de Análises Clínicas Biogama
Laboratório
- GanChi Grupo de Atendimento Domiciliar Hospitalar
Integrado S/C Ltda.
Psicologia Clínica, Recursos Humanos, Fisioterapia e Curso
para Gestantes, Fonoaudiologia e Clínica Médica.
- Glauco José Pauka Mello
Ortopedia e Traumatologia
- Ciba Centro de Integração da Linguagem e Audição
Fonoaudiologia
- Osny da Luz Westphalen
Gastroenterologia, Cirurgia Geral
- Dr. David Czizyk
Neurologia, Eletroencefalografia
- Berenice Laynes Leinig
Psicologia Clínica Infantil, Adolescentes e Adultos
- Zuleide Maria Teixeira
Fisioterapia Infantil, Neurológica, Respiratória, Ortopédica
- José Antonio de Moraes
Dermatologia
- Lidia Fabricio de Melo Garbers
Ginecologia e Obstetrícia
- Ser Psicologia Clínica
Psicoterapia Infantil e Adolescentes
- Rejane Terezinha Sozin Giacomini
Atendimento Psicológico
- Maria Sílvia Pedrazzani
Pediatra
- Dr. Flávio Sandrin
Endocrinologia, Diabetologia e Clínica Geral
- Gil Fernando Galetto
Pediatra
- Cleuza Antonuncio Ruiz
Pediatra
- Roberto Feitoza Silva
Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia
- Carlos Celso Balthazar da Nóbrega
Urologia
- Sílvio Gomes Bettega
Otorrinolaringologia e Cirurgia cabeça e pescoço
- Lucia Helena de Moura G. Valente
Endocrinologia
- Geraldo Miranda Graça Filho
Endocrinologia, Pediátrica e Pediatra
- Maria da Graça Ronchi
Endocrinologia
- Amauri do Rosário
Ginecologia e Obstetrícia
- Marlos de Souza Coelho
Cirurgia Geral e Cirurgia Torácica
- Paulo Roberto Campagnoli de Oliveira
Pediatra
- Marco Antonio de Napoli
Ortopedia e Traumatologia
- Fernando Avelar
Angiologia e Cirurgia Vasculár
- Wilson Michaelis
Angiologia e Cirurgia Vasculár
- Miguel Carlos Sabio Grespan
Oftalmologia

A AFFEP, mantém médico no prédio da CRE — Rua Lourenço Pinto, 50 — 2º andar — Dr. Jasonir — Horário de atendimento das 14:00 horas às 17:00 horas — CLÍNICA GERAL.

FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL EM ASSEMBLÉIA PERMANENTE

(Folha de Londrina 8.5.88)

Cerca de 700 fiscais da Receita Estadual realizaram ontem no Cine-Teatro Ouro Verde uma assembleia geral extraordinária para discutir questões salariais da categoria e a reforma estatutária da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná. Os fiscais querem o fim do congelamento da URP e a retirada da mensagem número 99/87 do Governo, que está na Assembleia Legislativa desde outubro, e se aprovada poderá reduzir os vencimentos da categoria em 33 por cento.

Na assembleia de ontem, a categoria aprovou

a formação de uma comissão de 6 representantes para negociar com o Governo a retirada da mensagem, e decidiu também manter-se em assembleia permanente.

Estiveram presentes o diretor da Coordenação da Receita Estadual, Clóvis Agenor Rogge, o diretor-geral da Secretaria de Administração, José Laudelino Azzulin; o presidente da Associação dos Funcionários Fiscais, Pedro Antun; e representantes das 16 Delegacias da Receita do Estado do Paraná. Segundo Pedro Antun, se a mensagem do Governo for aprovada, o ganho por conta de produtividade incidi-

rá apenas sobre o salário fixo, e não sobre as demais vantagens. Segundo ele, a remuneração do fiscal depende de sua produção, o salário fixo é pequeno, e com isso haveria grandes perdas se os vencimentos não incidissem sobre as vantagens.

A comissão formada para negociar com o Governador a retirada da mensagem da AL terá o prazo de 20 dias para apresentar os resultados. Com relação a URP os fiscais decidiram também negociar, deixando de lado por enquanto a proposta de entrar com mandato de segurança.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SEFA: UNA-SE A NÓS

Tendo como objetivo principal a união dos servidores CLT's da SEFA e CRE, a Comissão de Estudos para criação da Associação dos Servidores da Secretaria, realizou reunião dia 19 de maio de 1988, com a participação de representantes das seguintes Delegacias Regionais da Receita: 1.ª, 2.ª, 8.ª, 10.ª, 13.ª, 14.ª, 15.ª e demais Unidades da SEFA.

Buscou-se com a referida reunião, subsídios dos colegas, que muito enri-

queceram os debates travados quanto aos objetivos e finalidades da Associação em questão, inclusive, a elaboração da minuta do Estatuto.

Além do comparecimento dos servidores convidados, contou-se também, com a visita do Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Haully e do Chefe de Gabinete, Dr. Durval, ambos solidários à criação da Associação.

Foi externado também o apoio do corpo diretivo

(SEFA E CRE) enfatizando a necessidade de organização da comunidade funcional dessa Secretaria.

No intuito de reforçar a atual Comissão, convidamos representantes das Delegacias e Unidades da SEFA para reunião a ser realizada às 9:00h. do dia 17/jun/88, na SEFA.

Tragam suas sugestões e críticas que possam enriquecer nosso Estatuto!

A COMISSÃO
R. 635

Receita Estadual está arrecadando mais em Beltrão

(Folha de Londrina 8.5.88)

A arrecadação de tributos estaduais em Francisco Beltrão, no mês de março, cresceu em 46 por cento, em relação ao mês anterior, demonstrando uma significativa reação no desempenho global da economia do município. A informação é de Dionísio Sedor, chefe da Receita Estadual em Francisco Beltrão. Segundo ele, naquele período o recolhimento do ICM, somente na área comercial, cresceu em 36 por cento, levando em conta a ar-

recadação de fevereiro e no setor industrial, a elevação chegou a 38,5 por cento. Englobando todas as atividades contribuintes, o aumento da arrecadação estadual em Francisco Beltrão, atingiu o percentual de 46 por cento.

Conforme Dionísio Sedor, a melhoria do desempenho do comércio e indústria de Francisco Beltrão e os conseqüentes e significativos acréscimos na arrecadação de tributos se devem, a princípio, ao aumento real das ven-

das, mas também traduzem expressivo resultado do trabalho de conscientização do empresariado local e da própria população sobre os males da sonegação dos impostos para a própria sociedade, que vem sendo desenvolvido pela Receita Estadual, a nível municipal. Segundo ele, espera-se, inclusive, novos avanços na arrecadação para os próximos meses, com o prosseguimento da comercialização da safra agrícola, que já havia se refletido nos números alcançados no mês de março.

Técnico diz que reforma tributária da Constituinte favorece município

O inspetor geral de tributação da Secretaria da Fazenda do Paraná, Agmar Arantes, participou, em Londrina, da reunião de representantes de 8 Estados, sobre o problema do crédito frio de ICM nas operações com café. Na condição de especialistas em tributação, ele desempenhou papel de consultor durante o encontro, esclarecendo aos técnicos presentes os vários aspectos legais referentes ao assunto. Agmar Arantes é um dos técnicos da Secretaria da Fazenda do Paraná que está atuando em Brasília, com o objetivo de orientar os deputados constituintes sobre os temas ligados à reforma tributária.

Em entrevista à imprensa, o especialista garantiu que o Paraná vai concentrar esforços durante a votação e 2.º turno da Assembleia Nacional Constituinte, para suprimir o dispositivo que dá imunidade na operação interestadual de energia elétrica. Para que isto seja possível, os constituintes terão que se valer das emendas supressivas de dispositivos, já na fase de compatibilização de textos para a nova Constituição. Embora acreditando que 98

por cento do que foi aprovado no plenário da ANC seja mantido, Agmar Arantes diz ser ainda possível, na votação em 2.º turno, a supressão de dispositivos como o da imunidade na operação de energia elétrica como forma de beneficiar os Estados produtores.

O QUE FOI APROVADO

A posição do especialista é de que o texto da reforma tributária aprovado no plenário da ANC, apesar de ser do Centro — grupo suprapartidário de direita na Assembleia Nacional Constituinte — em pouco difere do texto elaborado pela Comissão de Sistematização. Afirma que o carro-chefe da reforma é a redivisão de renda tirando dinheiro da União e dando para os Estados e municípios. Isto ocorrerá, conforme explica Arantes através do aumento nos fundos de participação. "já que estados e municípios, que hoje tem 33 por cento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR), passarão a receber 47 por cento".

Anuncia que também será ampliada a base do imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), com a incorporação ne-

le de 5 impostos federais: sobre combustíveis, energia elétrica, minerais, serviços de telecomunicação e serviços de transporte. No entender do especialista, a incorporação dos impostos federais no ICM é a "grande reforma da Constituinte, pois permitirá impostos mais amplos e menos regressivos". A partir da implantação da reforma tributária em 1989, os Estados brasileiros passam a ter participação de cerca de 15 por cento na arrecadação nacional, ficando para os municípios cerca de 30 por cento, conforme os cálculos do especialista.

RENDA DOS ESTADOS

Ele adverte, porém, para o seguinte fato: a reforma prevê a divisão de renda dos Estados, beneficiando regiões mais pobres como Norte, Nordeste e Centro-oeste. Os Estados terão direito a 21,5 por cento do total do Imposto de Renda e do IPI, "mas se prevalecer os critérios atuais, que beneficiam descaradamente aquelas regiões em detrimento do Sul, a nossa região poderá receber muito menos que os 15 por cento previstos". Também é prevista a divisão da alíquota

interestadual, que consiste em cobrar alíquota menor em operações com Estados considerados pobres. Agmar Arantes exemplifica: "Se o Paraná cobra 17 por cento de ICM sobre um determinado produto comercializado dentro do próprio Estado, ele terá que cobrar menos que este índice em operações com outros Estados".

A negociação do critério de divisão da renda dos Estados será feita no período de elaboração das leis complementares, após a promulgação da nova Constituição. E esta fase, no entender do especialista, se constituirá no processo político mais difícil, pois caberá ao Senado fixar a alíquota: "Na proposta da Comissão de Sistematização se dizia que o critério seria aprovado pela maioria de dois terços do Senado.

O Nordeste não aceitou e fez prevalecer a maioria absoluta. Este é um grande risco para os Estados do Sul, que poderão ter participação de menos de 15 por cento na arrecadação nacional. Existe muita agressividade do Nordeste em tirar dinheiro do Sul, principalmente de São Paulo, que participa com 48 por cento da renda do País".

OS MUNICIPIOS GANHAM

Para o técnico da Secretaria da Fazenda, os municípios são os que mais vão ganhar com a reforma tributária, ao ponto de prever que "nem os próprios municípios esperassem tanto". Considerando a ótica da grande concentração de renda pela União, ele afirma que a nova Constituição reverterá este quadro, atendendo aos anseios municipalistas. Em outra ótica, na qual os impostos dos municípios são os mais difíceis de serem cobrados, o especialista justifica: "Além de aumentar o fundo de participação, foi criado um imposto novo, sobre combustíveis na bomba, que os municípios poderão cobrar na distribuidora".

Menciona também que os grandes municípios receberão aumento no fundo de participação, que de 20 sobe para 25 por cento. Esta margem de 5 por cento seria para compensar o Imposto Sobre Serviços (ISS) que as grandes prefeituras perderiam. No entanto, o ISS foi mantido e o aumento de 5 por cento aprovado em 1.ª votação para todos os municípios.

CORAGEM E DECISÃO

Clovis Rogge

A inflação alta constitui-se na pior doença para qualquer economia. No setor público, dois pontos são vitais na correção da receita: a letargia das decisões burocráticas no âmbito da administração e a transferência de recursos da área pública para o setor privado via benefícios fiscais, subsídios, incentivos e prazos na captação dos tributos. Nenhum programa austero de controle nas despesas por si só pode anular o déficit público. A racionalidade nos gastos é medida imperativa de boa gerência, assim como as decisões certas nos momentos adequados. O trato da coisa pública deve estar revestido de seriedade e competência.

A suspensão do pagamento da URP (Unidade de Referência de Preços), por qualquer forma que se

dê, atingirá todos os níveis da administração estadual. Por que o Governo não paga? Simplesmente porque não tem como pagar. Evidentemente que, para o funcionalismo público, a medida é exageradamente punitiva. Não é boa para a economia do Estado pois a cada "urpada" cerca de 1.0 bilhão de cruzados deixa de ser repassado aos quase 180 mil servidores da ativa e inatividade para satisfazer suas necessidades de consumo ou poupança.

Na peculiaridade da crise, o entendimento do funcionalismo é fundamental. Não se pode parar de trabalhar ou perder a coragem. Na enfermaria Brasil, o Paraná ainda é o melhor paciente. Precisa do trabalho e dedicação de todos para se recuperar. Existiu coragem e decisão do Governo para, to-

mar a medida. Imprecindível se torna a coragem e decisão do funcionalismo para a superação das dificuldades certamente transitórias e contextuais.

Por outro lado, não podemos mais conviver com a sangria do tesouro ocasionada pela punição inflacionária das dilações de prazo na captação do ICM.

A classe empresarial, agonizante também em alguns setores, precisa se adequar à realidade inflacionária em suas relações com o Estado. A falência deste implicará na maioria daqueles. É necessário a disposição em ceder dos dois lados. É tempo de revisão das relações entre os setores públicos e privados, à base de um amplo entendimento recíproco. O empresário que reclama da ingerência do Estado na iniciativa privada, muitas vezes é o mesmo que se

beneficia do benevolente espírito paternal da administração pública, incorporado de interesses político-eleitorais.

O Governo do Paraná, através da Secretaria da Fazenda vem procurando adequar o relacionamento dos setores público e privado com propriedade. No âmbito da Receita enfrentou a sonogação com disposição incomum, punindo infratores e cobrando vedores, procurando incrementar clima de justiça fiscal, evitando paternalismos ou segregação fiscal. A partir de outubro de 87, houve significativa redução na aplicação das dilações de prazo para alguns segmentos da economia. Agora, numa medida igualmente de coragem e decisão, reduz em 30% os prazos de pagamentos do ICM pelos estabelecimentos industriais que se

utilizam do benefício. Medida muito coerente, consoante o contexto: menos salários aos funcionários, mais agilidade nos repasses dos pagamentos dos impostos quanto à cobrança e prazos. Zerar o benefício é praticamente impossível sem o consenso das administrações fazendárias dos Estados vizinhos. Correr-se-ia o risco de inviabilizar a produção industrial do Estado com a evasão gradativa dos segmentos empresariais para outras searas fiscais.

Politicamente desgastante, as duas medidas tomadas, suspensão da URP e redução de prazos, devem ser entendidas como absolutamente coerentes, necessárias e inadiáveis.

(Clovis Rogge, agente fiscal e Diretor da Coordenação da Receita do Estado.)



Flagrante da reunião de entrega do Balancete do dia 22.04.88, com a presença dos CLTs



Equipe de AFs lotados na IRF-14.ª DRR no desempenho das atividades de levantamentos fiscais

14º assalto da luta: Irf x Sonegadores

Apresentamos a nossa direita. SFOLADOR, STIVAL, KAZUG, ZANELLA, FATIMA, CESAR, ZOTTIS, SCHMITZ, GERSON, ANDREI e MARCOS, os "QUEIXOS PUROS", e à nossa esquerda, centenas de maus paranaenses, os "SONEGADORES".

Esta poderia ser a apresentação da verdadeira luta que a IRF da 14.ª DRR está desenvolvendo, tendo em vista esta Regional abranger uma área com características geográficas "sui generis", que muito exige do fisco, pois toda sua extensão faz "DIVISA SECA" com o vizinho Estado de Santa Catarina e fronteira com a Argentina.

Tal situação chega a parecer brincadeira, mas a realidade é que transitando no próprio leito de várias rodovias, ora es-

tamos no Paraná, ora estamos em Santa Catarina, dependendo se a curva é para a direita ou para a esquerda.

Tal fato tem merecido atenção não somente da Administração Regional, mas também da própria C. R. E., que desde meados de março do corrente ano, determinou que funcionários de outras Regionais nos auxiliassem no combate à sonegação.

Todos os colegas que aqui vieram, deixando suas famílias, seus compromissos, seus amigos, sentiram na pele o drama que vive o fisco do Sudoeste. A esses amigos da 1.ª, 2.ª, 3.ª, 8.ª e 13.ª DRRs, a Administração e todos os demais colegas, que compõem a família fazendeira da 14.ª agradecem a colaboração e a dedicação em pro do bem público, na ajuda prestada.

Embora muitas vezes, mesmo que não se consigam alcançar os resultados esperados, sabemos os motivos: são que aqueles que se dedicam a prática "profissional" da sonegação estão muito bem preparados, utilizando-se de "batedores" com modernos e velozes veículos, com os quais perscrutam as rodovias, chegando a possuir uma rede de informantes, de tal forma que quando os Agentes Fiscais encontram-se na estrada, não "sofrem" veículos em situação irregular.

Ressalte-se que a IRF tem dado ênfase não só a fiscalização volante, mas também tem conseguido ótimos resultados, com a lavratura de inúmeros e vultosos autos de infração, especialmente nos levantamentos fiscais por ocasião de baixas, verificação de operações com mercadorias destinadas a Zona

franca de Manaus, verificação de créditos presumidos e pesquisas junto a destinatários de mercadorias localizados em Estados com alíquota de 9%, entre outros.

Nesta luta, a IRF tem procurado, a cada período, utilizar diferentes táticas de fiscalização para que se possa deter a sonegação, conseguindo-se já um apreciável resultado, mas para chegar-se ao ideal ainda é necessário mais investimento em equipamento, principalmente de

comunicação eficiente na estrada, pessoal e novos métodos de controle do produto primário, não somente pela fiscalização, mas também por outros órgãos envolvidos na produção e na comercialização.

No entanto, sabedores do empenho e dedicação integrais do Antônio Spolador Júnior, Inspetor Regional de Fiscalização, e sua equipe, sob o comando do Saudino, temos certeza e confiança absolutas de que a vitória será do fisco paranaense.

Notícias Rápidas da 14ª D.R.R.

— Por força do Convênio firmado entre o Governo do Estado e Prefeituras Municipais do Sudoeste, pelo qual estas irão colocar "fiscais municipais" para auxiliar no combate a evasão de produtos primários, foi realizado nos dias 28 e 29 de abril corrente, um curso de treinamento a mais de cinquenta funcionários municipais. Na abertura do Curso, o Dr. Saudino, Delegado Regional, ressaltou a importância do serviço fiscal e o resultado que ele oferece ao Governo, carreando recursos para que se possa alcançar o bem comum. Destacou a probidade, honestidade e todas as demais qualidades que devem ter os funcionários públicos, principalmente os que trabalham na fiscalização, passando logo após a palavra aos Instrutores do Curso, que foram o Spolador da IRF e o Francisco da IRT.

— O Assessor Castelli continua em constantes deslocamentos pelos 28 municípios da Regional, na verificação de GIAs, ITBI, Dívida Ativa e cobrança de AIs, num trabalho fa-

tigante mas que tem alcançado excelentes resultados.

— A IRT, na administração do Saudino, está em estado de graça: após receber novos móveis e máquinas, passou a ocupar uma das melhores dependências do prédio.

— Continuando as reuniões com contadores e contribuintes, para conscientização da importância do pagamento do imposto devido, o Saudino, acompanhado do Castelli, do Francisco e do Procurador Regional do Estado, Luiz Caldas, participaram no dia 21-4-88, de concorrida reunião no município de Nova Prata do Iguçu, a qual contou com a presença de mais de cem pessoas, as quais após ouvirem atentamente as colocações do Saudino fizeram perguntas para esclarecer suas dúvidas.

— O Bertolino, Inspetor Regional de Arrecadação, está auxiliando as ARs na cobrança do ICM declarado em GIA e não recolhido, para evitar a inscrição do débito em Dívida Ativa, o que tem apresentado excelen-

tes resultados, realizando assim um Pré-Mutirão.

— Membros da Comissão Central do SIAP estiveram, dia 13/4, entrevistando, pela parte da manhã o Saudino, e tarde outros dez funcionários. Todos ficaram muito satisfeitos com a possibilidade de poder participar opinando sobre a Administração.

— Em tempo: nas reuniões que comparecem os CLTs o ambiente fica mais florido, com a graça, beleza e simpatia das senhoras e senhoritas presentes.

— O Saudino também participou, no dia 25-4-88, de reunião-almoço de confraternização, promovida pelos contadores de Coronel Vivida, em comemoração ao dia dos contabilistas.

— A IRF tem modernizado o sistema de sinalização e iluminação para o serviço de fiscalização volante, tendo adquirido inclusive "giroflex" portáteis, bem como implantou a confecção de levantamentos físico-quantitativos através de computador, buscando agilizar o serviço.

Sacas de café para o Provopar



O secretário da Fazenda, Luiz Carlos Haully e o diretor da Coordenação da Receita do Estado — CRE — Clóvis Rogge entregaram ontem, à primeira dama do Estado, Débora Dias, na sede do Provopar, doação equivalente a 170 sacas de café beneficiado (tipo 6 com sessenta quilos cada saca) e 420 gramas de semi-jóias, entre pulseiras e correntes.

Estas mercadorias, segundo o diretor da CRE, foram objeto de apreensão, dando origem a processos administrativos fiscais.

Porém, como as mercadorias não foram reclamadas no prazo legal, foram incorporadas ao patrimônio do Estado.

O presidente da Coamo, engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassin se comprometeu com o Provopar, comandado por Débora Dias, a adquirir as 170 sacas de café avaliadas hoje em Cz\$ 1,5 milhão. O dinheiro arrecadado com a venda destes produtos será doado pelo Provopar ao Albergue Noturno José do Patrocínio, localizado na cidade de Campo Mourão.

SER ADMINISTRADOR

Luiz Antonio Guarise (*)

Ser Administrador é assumir um papel na sociedade e buscar, dentro das organizações, resultados eficientes e eficazes.

Mas ser Administrador não é assumir um papel numa Burocracia que é impessoal e só sabe controlar.

Não é ter um cargo importante numa burocracia que só sabe ditar normas e regras minuciosas que transformam meios em fins.

Não é ter autoridade numa burocracia que cria para pôr incompetentes no poder.

Ser Administrador é ser simples e racional, é resolver problemas e criar ambiente para que as pessoas, motivadas, participem das decisões mais importantes; é como ser plantador de milho, pois ele não faz o milho crescer, ele cria condições para que o milho cresça.

Mas nós vivemos num país onde a burocracia ainda comanda a forma de administrar na maior parte das Organizações. Poucos Administradores ocupam posição de comando nas Organizações Nacionais.

Kenneth Blanchard, o co-autor da série "O Gerente Minuto", afirma que: "Todo traba-

lho burocrático desnecessário é eliminado quando, para a pessoa, são estabelecidos apenas de três a cinco objetivos".

É por isso que eu citei simplicidade e racionalidade, porque nada será conquistado se não for factível, devemos tentar conquistar só o que está ao nosso alcance, não adianta culpar a conjuntura econômica ou até a má Administração do País, temos que nos voltar para o local, para o que está perto de nós, fixar objetivos estratégicos.

O mesmo autor, no livro Liderança e o Gerente Minuto, conta que um professor entrou na sala, no primeiro dia de aula e deu as dez questões da prova final, muitos professores o criticaram e disseram: assim todos os alunos vão ter nota dez, então ele respondeu: daí atingirei meu objetivo, pois as questões são complexas e abrangem todo o programa, ou seja, o professor fixou objetivo, estabeleceu critérios de treinamento e acompanhamento e determinou a avaliação desempenho.

Na minha organização eu também quero que todos tirem dez, no exame; e se o Administra-

dor fixar poucos objetivos para cada um, a forma de treinamento e acompanhamento e definir claramente os critérios de avaliação, o desenvolvimento de todos será óbvio, do contrário nós teremos os fisiológicos, segundo Alexandre do Espírito Santo; que são pessoas que culpam o contexto, o ambiente, e não fazem nada para mudar a si próprios.

Num time de futebol, costumamos avaliar o centroavante, pelos gols que faz; e o goleiro pelos gols que defende, mas existe o conjunto e conjunto quer dizer participação.

Administração Participativa quer dizer decisões tomadas também nos níveis inferiores, a Teoria Z de William Ouchi, mostra isto claramente.

Na Administração Participativa existe partilha de poder para se obter resultados, mas não é apenas uma questão de ganho ou perda de controle por parte dos dirigentes, mas também a responsabilidade que cada um assume de forma voluntária.

Na Administração Participativa são grupos que decidem e estas decisões são aceitas e executadas de imediato, tam-

bém por grupos, é a forma mais democrática de Administrar.

Na Gazeta Mercantil do dia 21 de janeiro último, Stefani apresentou o artigo "Os ganhos com participação", relatando a experiência da Nacional do Brasil, onde o presidente ou alguém por ele designado reúne todas as manhãs os 300 funcionários para discutir os sete princípios éticos que norteiam as decisões da empresa, além disso são apresentados a todos os novos funcionários e comemorados os aniversários do dia, os resultados são a alta produtividade, um grande trabalho de equipe e muitas mudanças provocadas pelos próprios empregados.

Não conheço nenhuma experiência de Administração Participativa que tenha fracassado.

Mas como implementar um processo de Administração Participativa numa organização?

Em primeiro lugar: Mostrar ao Centro de Decisão quanto promissor é o processo de Administração Participativa;

Em segundo lugar: Treinar grupos formados com pessoas dos diversos níveis hierárquicos.

Em terceiro lugar: Estabelecer poucos objetivos, mensurá-

veis e fáceis de serem atingidos;

Em quarto lugar: Aumentar os canais de comunicação, pois sem informação não há participação;

E finalmente: Iniciar o processo, fixando critérios de acompanhamento, de desenvolvimento contínuo, de seqüência às mudanças e de aproveitamento de oportunidades.

Começando-se pelas pequenas coisas as grandes se seguirão a elas.

Bibliografia:

- Blanchard, Kenneth; Zigarmi, Patrícia; Zigarmi, Drea. **Liderança e o Gerente Minuto**, 3.ª ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 1986.
- Ouchi, William G. **Teoria Z**, 7.ª ed. São Paulo, EFEB, 1982.
- Santo, Alexandre do E. **O fisiologismo no Serviço Público**, Folha de Londrina, 13 jan 1988, p. 2.
- Stefani, S. **Os ganhos com a participação**, Gazeta Mercantil, São Paulo, 21 jan 1988, p. 24.

(*) Luiz Antônio Guarise é Agente Fiscal da CRE e Professor de Administração da Faculdade Católica de Administração e Economia.

Sistema Intermediário de Administração Participativa

— SIAP —

O que somos?

Somos a Comissão de Pesquisa e Desenvolvimento Organizacional, instituída pela Resolução n.º 295/88 através do Convênio da Secretaria de Estado da Fazenda com a Universidade Estadual de Londrina firmado em novembro de 1987, com o seguinte objetivo:

"Estudar a estrutura, funcionalidade e operacionalidade dos Recursos Humanos da CRE, sugerir medidas e promover implementações objetivando coordenar, dirigir e controlar as atividades conducentes ao desempenho otimizado de tais recursos".

2 — Quem somos?

A Comissão acima aludida constitui a Comissão Central do SIAP — Sistema Intermediário de Administração Participativa, composta dos seguintes elementos:

— Prof. Dr. Alexandre do Espírito Santo, Ph.D. — Convênio — SEFA — FUEL Presidente.

— Contador, Moacir Carlos Baggio, Chefe da ADRH.CRE — membro.

— Advogado, Giancarlo Schetini de Almeida Torres, Chefe do CENPRE.CRE — membro.

— Prof. Luiz Antonio Guarise, Agente Fiscal-CRE — membro.

— Cristina A. Machado, Auxiliar de Escritório — Secretária.

3 — Nossos objetivos específicos?

— Desenvolver o funcionário da CRE como seu recurso mais valioso;

— Criar contextos favoráveis ao reconhecimento e à participação;

— Preparar grupos para estudar, analisar e propor soluções a problemas contextuais;

— Estimular autonomia em estilo participativo;

— Promover interesse no contribuinte, componente mais importante do sistema;

— Difundir a interação cooperativa e amigável entre os funcionários;

— Favorecer, na formulação de normas e decisões, a participação daqueles que são mais afetados por elas;

— Propor e desenvolver condições conducentes a altos pa-

drões comportamentais e de serviço;

— Propiciar mecanismo para que todos sejam envolvidos em tudo.

4 — O que temos feito?

4.1 — Temos desenvolvido um programa de treinamento integral aos membros da Comissão (cerca de 200 horas/trabalho) visando:

— Formação do grupo implantador;

— Concepção, compreensão e entendimento das teorias e mecanismos fundamentais à Administração Participativa — ADP;

— Treinamento dos membros para atuarem como instrutores dos Grupos Integrativos — GI's nas Delegacias Regionais da Receita;

— Estudo, discussão e definição das estratégias de ação; e — delineamento da estrutura operacional do Sistema Intermediário de Administração Participativa — SIAP.

4.2 — Produção e distribuição de um "folder" explicativo para divulgação do SIAP a todos os funcionários.

4.3 — Divulgação dos propósitos do SIAP no "NOTIFISCO" janeiro, fevereiro/88 e no "Boletim da SEFA" — Abril/88.

4.4 — Elaboração dos instrumentos para coleta de dados nas DRR's.

4.5 — Visitas às 1.ª DRR, 2.ª DRR, 3.ª DRR, 4.ª DRR, 5.ª DRR, 13.ª DRR, 14.ª DRR e 15.ª DRR visando:

— Contatos com os vários segmentos funcionais e situacionais de cada DRR;

— Levantamento dos perfis dos Delegados e das Delegacias através de:

— Entrevista estruturada com o Delegado; e

— Entrevista estruturada com 10 membros pré-selecionados representativos da DRR.

5 — O que vamos fazer imediatamente?

5.1 — Completar o programa de visitas indo às 6.ª DRR, 7.ª DRR, 8.ª DRR, 9.ª DRR, 10.ª DRR, 11.ª DRR, 12.ª DRR e 15.ª DRR no período de 2 a 13 de maio do corrente ano, desenvolvendo as atividades citadas no item 4.5;

5.2 — Ministrando um curso de

iniciação em Administração Participativa aos Delegados Regionais da Receita, Inspectores Gerais e Assessores do Diretor da CRE no período de 23 a 27 de maio, perfazendo um total de 40 horas;

5.3 — Finalizar a preparação e produção do Manual do curso a ser dado aos Grupos Integrativos da DRR's.

5.4 — Tabular, analisar e interpretar os resultados dos levantamentos dos perfis do Delegado e das Delegacias.

5.4.1 — Produzir os relatórios técnicos provenientes da ação acima descrita, envolvendo análise qualitativa e quantitativa;

5.4.2 — Divulgar as autoridades relevantes o relatório suscitado;

5.4.3 — Desenvolver mecanismo de "Feedback" para coletar efeitos do relatório.

5.5 — Iniciar no dia 6 de junho de 1988, o programa de capacitação dos 157 Grupos Integrativos nas Delegacias Regionais, visando continuidade da implantação do SIAP.

Comissão Central do SIAP — maio de 1988

Dilema de proprietário de veículo ao pagar as taxas e impostos, vejamos:
 IPVA paga-se em cruzados.
 Taxa de Licenciamento paga-se 10% do VRR (Valor Regional de Referência).
 Seguro Obrigatório paga-

se 0,8% da OTN (este todo mundo sabe).
 Multa paga-se percentual do salário mínimo de referência.
 Salário em cruzados com URP preguiçosa, agora falecida.

Reunidos contador, advogado e um matemático, foi-lhes perguntado, quanto era $1 + 1$, de pronto o matemático respondeu é dois, do advogado dependendo da posição de quem pergunta se for devedor nada, se credor milhões, e a resposta do contador foi a seguinte quanto é que o cliente quer que dê.

Delegado e Assessor se preparavam para receber funcionária municipal colocada à disposição da Delegacia, conversavam a respeito de como ensinar a servidora, alertou o Delegado, que deveriam ensinar as coisas certo, muito rápido o Assessor disse as coisas erradas deixa que eu ensino.

Um casal comparece frente ao Juiz, para se separarem alegando compatibilidade de gênios, estranhando o mefistissímo Juiz, disse, tenho separado casais, por incompatibili-



dade, então o marido falou, gostamos das mesmas coisas, de jogos, de festas, de bailes, e também de homens.

E tem aquela garota tão namoradora que, quando tomava banho quente a água virava canja.

Verídica.

Durante a crise da carne do plano cruzado 1, o Luizinho solidário com os colegas de Londrina, comprou um boi, com nota de produtor, para carneá-lo e dividir de acordo com as necessidades de cada um.

Para seu espanto, quando foi abater o boi encontrou só a cabeça, o resto sumiu e, ainda apareceu aquele gaiato, lembrando que o Luizinho teria que pagar o boi e o ICM, por isso ele acabou pagando o pato também.

SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA



Flagrante do acontecimento.

A CRE promoveu na semana de 23 a 27 de maio último o Seminário de Iniciação à Administração Participativa.

O Seminário foi ministrado pelo Prof. ALEXANDRE DO ESPIRITO SANTO, Ph.D., e dele participaram além do diretor da CRE, CLOVIS ROGGE, os Inspectores Gerais, Assessores do Diretor e Delegados Regionais da Receita, contando com a presença do Senhor LUIZ CARLOS HAULY, Secretário desta pasta, em sua abertura e encerramento.

O Seminário teve como objetivo principal a internalização de conceitos fundamentais de Administração Participativa, visando a implantação do SIAP - Sistema Intermediário de Administração Participativa na CRE.



Alexandre do Espírito Santo



CONSÓRCIO — ESCORT-GUIA
 Vende-se com 28 prestações pagas com furo de 03 prestações que deverão ser pagas somente após a contemplação. — Tratar com a colega Marli. Tel.: 225-3377 - R. 15b.

TROCA-SE
 Troca-se um título patrimonial quitado, do Cultural, oferecendo 6 piscinas, jogos, salão de baile, etc. no valor de Cz\$ 30.000,00 (por uma máquina de costura em bom estado de uso).
 Tratar com Dinarte, na CRE — Telefone 225-3377 — Ramal 14º

VENDE-SE
 Apartamento no Cristo Rei — quitado — e desocupado, 86 m2, 3 quartos, sala, cozinha, lavanderia, banheiro, garagem p/ um veículo. Preço Cz\$ 2.400.000,00. Tratar c/ Milton pelo Fone: 266-1921, Rua Angelo Lopes, 40 — Apto. 7 — 1.º Andar.

BALCÃO DE OFERTAS
 1) — VeVndo Kit de cozinha com geladeira, fogão, armário e pia inox. Tratar fone: 234-5311 ramal 736, MARCO ANTONIO.
 2) — Troca-se telefone em Curitiba por igual em Guaratuba, estuda-se volta em cruzados. Tratar com DIRCEU, fone: 222-2564.